

Os Desafios da Acessibilidade de Pessoas com Mobilidade Reduzida na Escola Estadual Cândido Portinari, no Município de Tapurah - MT

Bethanea Capeletti¹
Profa. Ma. Lirian Keli dos Santos²

Resumo:

O presente estudo teve como objetivo analisar “Os Desafios da Acessibilidade de Pessoas com Mobilidade Reduzida na Escola Estadual Cândido Portinari, no Município de Tapurah - MT”. A pesquisa consiste em um estudo de caso com natureza qualitativa, bem como faz uso da pesquisa bibliográfica. A investigação foi desenvolvida na Escola Estadual Cândido Portinari, no Município de Tapurah - Mato Grosso, no período de 2021 e 2022. Para a coleta de dados, realizamos observação direta, registro fotográfico, entrevista com a gestora da instituição e aplicamos um questionário com duas servidoras, utilizando a plataforma do *Google Forms*. A pesquisa demonstrou que a instituição recebeu na última década apenas dois alunos com deficiência e que, apesar de a escola ter sido construída para ser acessível e inclusiva, ela apresenta alguns problemas estruturais e de mobiliário.

Palavras-chave: Acessibilidade, Pessoas com Mobilidade Reduzida, ABNT/NBR: 9.050/2020.

Abstract:

The present study aimed to analyze "The Challenges of Accessibility for People with Reduced Mobility at the Cândido Portinari State School in the Municipality of Tapurah - MT". The research consists of a case study with a qualitative nature, as well as makes use of bibliographic research. The investigation was carried out at Escola Estadual Cândido Portinari, in the municipality of Tapurah - Mato Grosso, between 2021 and 2022. For data collection, we carried out direct observation, photographic record, interview with the institution's manager and applied a questionnaire with two servers, using the Google Forms platform. The research showed that the institution received only two students with disabilities in the last decade and that, although the school was built to be accessible and inclusive, it has some structural and furniture problems.

Keywords: Accessibility, People with Reduced Mobility, ABNT/NBR: 9.050/2020.

¹Discente do Curso Superior em Tecnologia em Gestão Pública do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFMT) - *Campus* Barra do Garças.

²Docente Mestra do Curso Superior em Tecnologia em Gestão Pública do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFMT) - *Campus* Barra do Garças.

1 Introdução

Esta pesquisa teve como objetivo analisar “Os Desafios da Acessibilidade de Pessoas com Mobilidade Reduzida³ na Escola Estadual Cândido Portinari, no Município de Tapurah - MT”. A princípio, elegemos como *locus* da investigação o IFMT - *Campus* Barra do Garças, mas, devido ao avanço da COVID-19, no ano de 2021, mudei-me para a cidade de Tapurah - MT. A partir disso, procuramos desenvolver o trabalho de conclusão de curso nesse município. Sendo assim, para a realização desta proposta, foi escolhida a única e mais antiga Escola Estadual da região.

O estudo se baseia na seguinte questão: Quais são os desafios das pessoas com mobilidade reduzida na Escola Estadual Cândido Portinari, no Município de Tapurah - MT?

Historicamente, as pessoas com deficiência foram excluídas da sociedade (FACION; MATTOS, 2009), por consequência do processo de ensino-aprendizagem no ambiente escolar. Segundo Minetto (2010), as limitações das pessoas com deficiência foram usadas como justificativa para a segregação desse grupo, e eram tratadas como doentes.

É a partir do século XIX que passam a existir as instituições educacionais para atender as pessoas com deficiência, e surge, então, a Educação Especial, totalmente voltada para público que possua alguma deficiência, seja ela física ou cognitiva, em escolas ou associações especializadas, com estrutura arquitetônica adequada, profissionais capacitados e equipamentos adaptados, porém os/as estudantes não têm contato com a diversidade do ambiente educacional.

Na década de 1980, a educação especial ganha nome de Inclusão, através do artigo 208 da Constituição Federal e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), instituída em 20 de novembro de 1996, como “a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação”.

Art. 208 - O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: (...)
III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino. (BRASIL, 1988).

³Neste estudo, consideramos Pessoas com Mobilidade Reduzida àquelas que têm dificuldades de movimentar-se, por comprometimento da flexibilidade, da coordenação motora, entre outros, de forma temporária ou permanente. Nesse último caso, Pessoa com Deficiência (PcD).

A Lei nº 7.853, aprovada em 1989, obriga todas as instituições educacionais a receber a matrícula de pessoas com deficiência, e ainda criminaliza a não aceitação. Portanto, é obrigação dos governos municipais, estaduais e federal garantir sistemas educativos que favoreçam a diversidade. Outro marco importante para uma educação inclusiva foi o documento da Conferência Mundial de Educação Especial, de 1984, conhecida como declaração de Salamanca.

[...] as escolas deveriam acomodar todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas e outras [...] incluir crianças deficientes e superdotadas, crianças de rua e que trabalham, crianças de origem remota ou de população nômade, crianças pertencentes a minorias linguísticas, étnicas ou culturais, e crianças de outros grupos desvantajosos ou marginalizados. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1984, p. 3).

A educação inclusiva é fundamentada na concepção dos direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola. (BRASIL, 2008, p. 1).

Assim, a investigação se justifica dada a importância da inclusão social de pessoas com mobilidade reduzida em todos os ambientes sociais, para a equidade e desenvolvimento da sociedade brasileira, pois, cada vez mais, é imprescindível que as instituições educacionais e a comunidade escolar estejam preparadas para receber esse grupo com necessidades especiais.

De acordo com Martins (2015, p. 216), devemos compreender que “não é a pessoa com deficiência que deve se adaptar à escola, mas esta é que deve se ajustar, oferecendo-lhe condições para que possa usufruir do ambiente escolar, avançando em sua aprendizagem e socialização” .

A primeira Lei criada sobre a acessibilidade foi a de nº 10.098/2000, que garante a autonomia e a oportunidade. Posteriormente, em 2004, o Decreto nº 5.296 veio para reforçar essa lei. De tal modo, enfatizou-se o atendimento prioritário às pessoas com deficiência, a importância de se ter projetos arquitetônicos e urbanísticos acessíveis e o acesso à comunicação e informação. Por fim, fortaleceram-se as normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Conforme orienta a Lei nº 13.146/2015, acessibilidade é a condição para a utilização com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços mobiliários e equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive nos seus sistemas e tecnologias.

De acordo com a ABNT, podemos compreender a acessibilidade como:

Possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privado de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida. (ABNT/NBR: 9.050, 2020, p. 2).

Portanto, quando pensamos os espaços sociais, devemos considerar que sejam acessíveis e inclusivos a todos. Nesse sentido, as escolas públicas e particulares tem o dever de proporcionar inclusão a pessoas com mobilidade reduzida, de acordo com as necessidades dos/as discentes, visando sempre o seu bem-estar, com espaço adequado/adaptado, para que possam ter acesso às diversas áreas, como pisos superiores, salas de aulas, biblioteca, quadras, salas de informática, corrimões apropriados, barras de apoio, piso tátil, banheiros adaptados, seguindo a Norma Técnica NBR: 9.050/2020, editada pela ABNT.

Sendo assim, as instituições educacionais devem compreender que

[...] a inclusão social é um processo que contribui para a construção de um novo tipo de sociedade por meio de transformações nos ambientes físicos (espaços externos e internos), equipamentos, aparelhos, utensílios, mobiliários, meios de transporte e, principalmente, na mentalidade das pessoas. (SASSAKI, 1997, p. 42).

Desse modo, devemos compreender a acessibilidade como um “Direito Humano” que também visa à inclusão social desses sujeitos. Em concordância com esse pensamento, Sasaki (2004) assevera que “o paradigma da inclusão social consiste em tornarmos a sociedade um lugar viável para a convivência entre pessoas de todos os tipos e condições na realização de seus direitos, necessidades e potencialidades”.

A Educação Inclusiva propõe a valorização e o acolhimento das diferenças, com o intuito de promover a integração entre todos os estudantes do grupo, prevê aliar a educação regular com a educação especial, para transformar a escola em um lugar para todos. Segundo uma pesquisa do Instituto Alana, conjuntamente com o Datafolha, realizada em 2019, para 86% dos brasileiros as escolas se tornam melhores com a educação inclusiva.

No mesmo período, um levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2019) apontou que 8,4% da população brasileira acima de 2 anos – o que representa 17,3% milhões de pessoas – possuía algum tipo de deficiência.

2 Método

O presente trabalho trata de um estudo de caso com natureza qualitativa, bem como faz uso da pesquisa bibliográfica. A pesquisa foi desenvolvida na Escola Estadual Cândido Portinari, no Município de Tapurah - MT, no período compreendido entre 2021 e 2022, com a finalidade de mensurar os desafios de acessibilidade dos/as discentes com mobilidade reduzida matriculados/as na instituição.

Oliveira (2002, p. 50) salienta que a metodologia do estudo de caso é suficiente para identificar e analisar as múltiplas ocorrências de um mesmo fenômeno, em vários casos. O estudo de caso utiliza para coleta de dados, principalmente, seis fontes distintas de informação: “documentos, registros em arquivos, entrevistas, observação direta, observação participante e artefatos físicos”. (DUARTE; BARROS, 2006, p. 229). Enquanto na perspectiva qualitativa, o ambiente natural é a fonte direta de dados e o pesquisador o seu principal instrumento, sendo que os dados coletados são predominantemente descritivos. (CRESWEL, 2007, p. 186).

Primeiramente, realizamos um levantamento bibliográfico que, de acordo com Gil (2007), são materiais já elaborados sobre determinado assunto. Assim, nos dedicamos a buscar documentos, como Leis e Decretos, Estatuto da Pessoa com Deficiência, a NBR: 9.050 da ABNT, livros e artigos acadêmicos sobre o tema.

Em seguida, realizamos uma visita à instituição para observação, coleta de dados e registro fotográfico, além de entrevistar a Diretora da Escola, que disponibilizou todas as informações sobre o estado atual da instituição em relação à acessibilidade. No decorrer desta análise, elaboramos um questionário através da plataforma da *Google Forms*, que foi aplicado via *e-mail* com duas pessoas que fazem parte da gestão escolar, no período entre 31/01/22 e 04/02/2022.

Com os dados do questionário, os registros fotográficos e de observação, nos dedicamos a analisar e a escrever o resultado da pesquisa, juntamente com o referencial teórico escolhido para o desenvolvimento deste estudo.

3 Resultados e Discussão

A Escola Estadual Cândido Portinari (EECP), localizada no Município de Tapurah⁴, é a única Escola Estadual da região e oferta os anos iniciais (1º ao 5º) e finais (6º ao 9º) do ensino fundamental e ensino médio, do 1º ao 3º ano. A Escola foi visitada e conversamos com a Diretora Dulce Tereza, que dispôs todo o seu tempo para relatar sobre a história da escola e dos/as discentes.

A instituição possui apenas um (1) aluno com mobilidade reduzida, ele se chama Igor Medeiros, tem 17 anos, e cursa o 3º ano do ensino médio da modalidade regular, no período matutino. O estudante conta com o suporte e amparo de um técnico auxiliar de turma, cuja função, de acordo com a Lei nº 13.146/15, consiste em auxiliar na higiene, alimentação e locomoção.

Antes da lei, o acompanhante assistia o discente desde o portão da escola, durante as aulas, intervalos e saída. Hoje, a partir do momento que o discente com mobilidade reduzida adentra a sala de aula, a responsabilidade passa a ser do/a docente que estiver lecionando, sobrecarregando ainda mais o professor. Desse modo, dentro do espaço da sala de aula, a locomoção é feita pelo discente com auxílio de terceiros. Segundo a diretora, as salas que possuem algum discentes com deficiência podem ter no máximo 20 estudantes.

Até 2019, o processo de contratação de um/a técnico/a para atendimento às pessoas com mobilidade reduzida era realizado pela Secretaria de Educação do Estado de Mato Grosso (SEDUC-MT). Os candidatos realizavam um processo seletivo, obtendo a pontuação necessária para aprovação e classificação da vaga. Não havia exigência de formação acadêmica e nenhuma especialidade na área, os aprovados ingressavam como técnico auxiliar de turma. Atualmente, mudou-se o processo de contratação, que é realizado por uma empresa terceirizada, ou seja, a escola envia o pedido de solicitação do profissional para o SEDUC-MT, que, em seguida, entra em contato com a empresa privada, solicitando a contratação.

No ano de 2020, como a maioria das instituições educacionais do Brasil, a escola Cândido Portinari adotou o ensino remoto, devido ao avanço da COVID-19. Em 2021, o discente não retornou às atividades escolares, por conta de alguns procedimentos cirúrgicos, mas tudo indica, em 2022, ele retornará às atividades escolares.

⁴Está a 428 quilômetros da capital, Cuiabá, e possui população estimada de 14.380 habitantes, segundo o IBGE (2021).

A presença do/a acompanhante é fundamental para o/a aluno/a quando está na sala de aula, pois, além de criar um vínculo, conhece sua rotina, sabe das necessidades como beber água, ir ao banheiro, a alimentação, ou seja, ele/ela compreendia todas as carências do discente.

A Escola Estadual Cândido Portinari (figura 1) foi fundada no ano de 2009, está localizada na zona urbana do município de Tapurah, cidade fundada em 04 de junho de 1988 e considerada a Capital da Suinocultura em 2013.

Figura 1 – Fachada da Escola Estadual Cândido Portinari



Autor: Jaciano Brait (Maio, 2017).

A unidade recebeu uma obra de manutenção completa, pintura, piso e adequações para a promoção da acessibilidade. A reforma empregou em torno de R\$ 737 mil reais, por meio de processo licitatório iniciado pela Secretaria de Estado de Educação (SEDUC-MT), em novembro de 2015. Segundo os dados do Governo de Mato Grosso, a escola passou por melhorias, pensando especialmente na promoção da acessibilidade (que o prédio não possuía), para adequação aos padrões exigidos pela ABNT.

Sobre a importância de se promover a acessibilidade nas escolas e, conseqüentemente, a inclusão, Stainback (1999, p. 27) afirma que:

Se as escolas são excludentes, o preconceito fica inserido na consciência de muitos alunos quando eles se tornam adultos, o que resulta em maior conflito social, e em uma competição desumana. Nesse sentido, a inclusão proporciona a igualdade, a interação entre os membros da sociedade, resultando no desenvolvimento das relações humanas.

Portanto, faz-se necessário pesquisas que abordem a temática para que possamos acompanhar se o Estado está cumprindo seu papel em promover a inclusão e acessibilidade para as pessoas com mobilidade reduzida.

Diante do levantamento bibliográfico sobre a acessibilidade e inclusão de pessoas com mobilidade reduzida, iniciamos a pesquisa na Escola Estadual Cândido Portinari - MT. Realizamos observação direta, entrevista com a diretora, aplicamos um questionário com duas servidoras responsáveis da instituição, que responderam nossas perguntas e contribuíram para a coleta dos dados. Além da diretora, as duas outras pessoas que contribuíram com a pesquisa foram uma Coordenadora Pedagógica e uma Professora.

Quando perguntamos se a escola já recebeu algum/a aluno/a com mobilidade reduzida, ambas responderam que sim. Também informaram que, para o ano letivo de 2022, foi matriculada uma aluna com dificuldade de locomoção. Segundo a diretora, até o momento da entrevista, a escola só havia recebido dois alunos/as com deficiência, um com deficiência física e outro com deficiência auditiva.

Assim, quando indagadas se a escola possui estrutura arquitetônica capaz de atender às necessidades dos/as alunos/as com mobilidade reduzida, as respostas foram contraditórias. A coordenadora acredita que sim, que a instituição é apta para receber e atender às necessidades das pessoas com mobilidade reduzida. Por outro lado, a professora acredita que não, que a escola atende algumas das dificuldades/necessidades de estudantes com mobilidade reduzida, porém está longe de ser um modelo de escola inclusiva.

Questionamos, também, se a instituição promoveu alguma reforma/adequação arquitetônica para atender aos/às alunos/as com mobilidade reduzida. Ambas responderam que não, pois a escola foi construída de acordo com as normas de acessibilidade e inclusão escolar. Perguntamos se a escola oferece algum projeto para deixá-la mais acessível para os/as alunos/as, as servidoras foram unânimes em dizer que sim, citaram como exemplo a Sala de Recursos Multifuncionais, que é disponibilizada para esse público, e oferta materiais pedagógicos específicos e de acessibilidade, para a realização do atendimento educacional especializado. As atividades pedagógicas ocorrem no contraturno e são mediadas por um/a professor/a com formação em Educação Especial.

Figura 2 – Calçada na entrada da escola



Fonte: Imagem capturada pela autora (2021).

A calçada da entrada principal da escola possui alguns declínios que podem dificultar a entrada do/a aluno/a cadeirante sozinho/a. Sendo assim, precisará do apoio de uma/a acompanhante para levá-lo/a até a sala de aula. Conforme a imagem acima, observamos também que possui o trilho do portão centralizado na calçada, criando um obstáculo que pode atrapalhar a circulação do/a discente.

Figura 3 – Rampa de acesso ao piso superior



Fonte: Imagem capturada pela autora (2021).

A escola disponibiliza salas de aula do térreo do prédio para os/as alunos/as com deficiência, pelo fato de que as rampas são bem inclinadas, dificultando que o/a aluno/a suba com a cadeira de

rodas, nas salas superiores. Ademais, como a escola não possui piso tátil, não há sinalização de alerta no início e final da rampa de acesso, que é bem larga, possui corrimão e guarda-corpo contínuos dos dois lados. De acordo com as normas, as rampas devem ter inclinação máxima de 8,33%. Se for em curva, ela deve ter um raio mínimo de 3m medidos no perímetro interno.

Quando indagamos se os/as alunos/as com mobilidade reduzida têm acesso a todos ambientes da escola, uma das servidoras respondeu que sim e a outra que não. Como podemos ver na figura 3, as rampas são inclinadas e longas, possuem corrimões de segurança, mas, devido ao longo e cansativo percurso, o/a discente teria extrema dificuldade para se locomover sozinho/a, necessitando de ajuda do/a acompanhante.

Figura 4 – Banheiro I



Fonte: Imagem capturada pela autora (2021).

Figura 5 – Banheiro II



Fonte: Imagem capturada pela autora (2021).

Como podemos ver nas imagens (figuras 4 e 5), o banheiro da escola possui as barras de acesso ao lado do vaso sanitário, o lavatório é de possível alcance para o/a aluno/a e a porta da entrada é larga, diferente das demais. De acordo com as normas vigentes, as dependências do banheiro devem possuir um espaço suficiente para que os/as alunos/as possam se locomover sem dificuldades, permitindo que a cadeira de rodas consiga ser girada em 360°, ou seja, um diâmetro livre de 1,50m.

Além disso, o piso deve ser antiderrapante, lavatórios com alcance para a torneira e bacias sanitárias com barras de apoio na lateral. Pelo menos 5% dos sanitários, com no mínimo um sanitário para cada sexo, de uso dos/as alunos/as, deve ser acessível. Recomenda-se, além disso, que pelo menos outros 10% sejam adaptáveis para acessibilidade. (ABNT/NBR: 9.050, 2020, p. 87).

Figura 6 – Refeitório



Fonte: Imagem capturada pela autora (2021).

O refeitório é localizado no espaço interno, possui mesas e bancos coletivos. O ambiente é amplo e acessível para que os/as alunos/as possam se locomover sem dificuldades. A mesa possui dimensões que permitem a aproximação da cadeira de rodas e a altura é ideal para que o/a aluno/a possa se alimentar.

Figura 7 – Bebedouro



Fonte: Imagem capturada pela autora (2021).

O bebedouro de altura de bica de 1,20m deve ter altura livre inferior de no mínimo 0,73m do piso acabado e deve ser garantido um M.R. para a aproximação frontal. (ABNT/NBR: 9.050, 2020, p. 130).

Figura 8 – Sala de aula I



Fonte: Imagem capturada pela autora (2021).

A escola possui apenas uma sala de aula adaptada para discentes com deficiência auditiva, ela possui o giroflex, que foi implantado na sala quando a escola tinha o aluno com deficiência auditiva. Através dele, o discente sabia a hora do intervalo e o fim da aula.

Todos os elementos do mobiliário interno devem ser acessíveis, garantindo-se as áreas de aproximação e manobra e as faixas de alcance manual, visual e auditivo. (ABNT/NBR: 9.050, 2020, p. 87). As lousas devem ser acessíveis e instaladas a uma altura inferior máxima de 0,90m do piso. Deve ser garantida a área de aproximação lateral e manobra da cadeira de rodas. (ABNT/NBR: 9.050, 2020, p. 87).

Figura 9 – Sala de aula II



Fonte: Imagem capturada pela autora (2021).

O mobiliário escolar não tem nenhuma distinção, não possui mesas escolares adaptadas para deficientes físicos, com as dimensões corretas que permitam a aproximação com a cadeira de rodas, o que é assegurado pela Lei de Acessibilidade.

Quando perguntamos para as participantes se é indispensável o acompanhamento do/a técnico auxiliar de turma nas atividades escolares, para o desenvolvimento dos/as discentes com deficiência, as servidoras afirmaram que sim, além do acompanhamento nas atividades escolares diárias, ele/a auxiliava nos cuidados pessoais e alimentação dentro da sala de aula.

Figura 10 – Biblioteca I



Fonte: Imagem capturada pela autora (2021).

De acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas, a biblioteca, centros de leitura, os locais de pesquisa, fichários, salas para estudo e leitura, terminais de consulta, balcões de atendimento e áreas de convivência devem ser acessíveis (ABNT/NBR: 9.050, 2020, p. 88).

No entanto, conforme a figura 10 e 11, o aluno não conseguiria ter alcance a todos os livros, pois as prateleiras são extremamente altas, precisando do auxílio da bibliotecária.

Figura 11 – Biblioteca II



Fonte: Imagem capturada pela autora (2021).

Pudemos observar que todas as salas de aulas, biblioteca, sala de professores, possuem a mesma dimensão de portas. O aluno/a consegue passar, porém, em uma situação de risco, elevaria o grau de dificuldade de locomoção.

Questionadas sobre as maiores dificuldades em promover a acessibilidade dos/as alunos/as, uma das participantes respondeu que, quando a escola foi construída, já foi projetada para atender os/as alunos/as com mobilidade reduzida, a outra acredita que quem deve garantir e promover a acessibilidade para os/as alunos/as é a Secretaria de Estado de Educação, não a Escola.

Figura 12 – Símbolo da Acessibilidade para deficiente físico



Fonte: ABNT/NBR: 9.050, 2020.

Conforme as normas da ABNT, acessível é o espaço, edificação, mobiliário ou elemento que possa ser alcançado, visitado e utilizado por qualquer pessoa, inclusive aquelas com deficiência. Para a indicação de acessibilidade nas edificações, no mobiliário, nos espaços e nos equipamentos urbanos deve utilizado o Símbolo Internacional de Acesso (SIA), como demonstrado na figura 12. Esse símbolo é destinado a sinalizar os locais acessíveis e deve atender ao contraste entre as cores (claras e escuras), da seguinte forma: 70% a 100%, do branco para o azul ou do branco para o preto, facilitando a visualização de pessoas com baixa visão.

4 Considerações Finais

Assim que iniciamos o trabalho de pesquisa bibliográfica, constatamos que há inúmeras dificuldades quando o assunto é acessibilidade nas escolas regulares do Brasil, e que esses espaços educativos ainda estão longe de se tornarem totalmente inclusivas.

Observamos que a Escola Estadual Cândido Portinari, *lócus* da nossa pesquisa, recebeu na última década apenas dois alunos com deficiência, e que, apesar da escola ter sido construída para ser acessível e inclusiva, a instituição apresenta alguns problemas como: a entrada da escola, que possui o trilho do portão centralizado na calçada, criando um obstáculo que pode atrapalhar a circulação do/a aluno/a; as rampas são muito inclinadas e longas, o que dificulta o/a estudante a subir com a cadeira de rodas nas salas superiores. Além disso, não há mobiliário adaptado com as dimensões corretas que permitam a aproximação com a cadeira de rodas.

Outro ponto relevante foi constatar a importância do/a técnico/a auxiliar de turma para os/as estudantes com deficiência (PcD). Esse/a profissional é de suma importância para o/a discente e também para os/as professores/as, garantindo a permanência do/a primeiro/a na rede regular. É um direito que está assegurado por lei.

Verificamos, também, que a Escola não planeja nenhum projeto futuro em relação à acessibilidade e não visa nenhum tipo de mudança para que possa tornar o ambiente ainda mais acessível e inclusivo. Por fim, ressaltamos a importância de pesquisas como esta, que nos levem a refletir sobre a relevância da acessibilidade e inclusão desse grupo que, por muito tempo, foi excluído da sociedade.

5 Agradecimentos

Primeiramente, a Deus por ter me dado saúde e perseverança para correr atrás dos meus objetivos e da realização deste sonho, que é uma formação acadêmica.

À minha querida orientadora, Ma. Lirian Keli, por compartilhar toda a sua sabedoria e paciência, disponibilizando seu tempo e me orientando da melhor maneira possível.

Ao meu esposo, Junior Machado, que esteve comigo todos os dias durante esses três anos de curso, sempre me apoiando e não permitindo que eu desistisse, sendo meu alicerce na realização desse sonho. Enfim, esse diploma também é seu.

À minha mãe, Marli de Fátima Capeletti, que sempre sonhou com esse dia, dando-me todo o apoio e carinho que uma mãe pode dar.

À família que sempre esteve ao meu lado.

Aos amigos que, mesmo de longe, contribuíram para que eu chegasse até aqui.

Em suma, gratidão a todos que me ajudaram, sem vocês eu não teria conseguido.

6 Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR 9.050*: Norma Brasileira de Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro. 2020. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/pfdc/temas/inclusao-de-pessoas-com-deficiencia/legislacao/abnt-nbr-9-050-2015/view>. Acesso em: 21 nov. 2021.

BRASIL. *Constituição de Federal de 1988*. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 21 nov. 2021.

BRASIL. Lei nº 10.098 de dezembro de 2020. *Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências*. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10098.htm. Acesso em: 20 nov. 2021

BRASIL. Lei nº 13.146 de 6 de julho de 2015. Institui a *Lei Brasileira de Inclusão de Pessoas com Deficiência* (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 21 nov. 2021.

BRASIL. Lei nº 7.853 de 24 de outubro de 1989. *Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração de Pessoa Portadora de Deficiência -Corde*. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7853.htm. Acesso em: 20 nov. 2021.

BRASIL. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. *Estabelece lei de diretrizes e bases da educação nacional (LDB)*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Aceso em: 20 nov. 2021.

BRASIL. Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva. Brasília, 2008.

CRESWEL, J. W. *Projeto de pesquisa: método qualitativo, quantitativo e misto*. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio. *Métodos e técnicas de pesquisa em Comunicação*. 2ª ed. São Paulo, Editora Atlas, 2006.

ESPANHA. Declaração de Salamanca, 07 e 10 de julho de 1994. *Documento elaborado na Conferência Mundial sobre Educação Especial em Salamanca*. Disponível: <https://gestrado.net.br/wp-content/uploads/2020/08/114-1.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2022.

FACION, J. R.; MATTOS, C. L. G. Exclusão: uma meta categoria nos estudos sobre educação. In: FACION, J. R. (Org.) *Inclusão Escolar e suas implicações*. Curitiba. Editora IBPEX, 2009.

FUNDAÇÃO TELEFÔNICA VIVO, *Centro de Referências em Educação Integral: Como a educação inclusiva tem avançado no Brasil*. 16 de dez. 2019. Página inicial. Disponível: <https://educacaointegral.org.br/reportagens/educacao-inclusiva-no-brasil/>. Acesso em: 23 jan. 2022.

- GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 2007.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Brasileiro de 2021*. Tapurah - MT. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/tapurah/panorama>. Acesso em: 02 fev. 2022.
- INSTITUTO ALANA. *O que a população brasileira pensa sobre educação inclusiva*. Alana, 15 de out. de 2019. Disponível em: <https://alana.org.br/inclusao>. Acesso em: 23 de jan. 2022.
- MARTINS, L. DE A. R. *História da educação de pessoas com deficiência: da antiguidade ao início do século XXI*. São Paulo: Mercado de Letras, 2015.
- MINETTO, Maria de Fátima Joaquim *et al.* *Diversidade na aprendizagem de pessoas portadoras de necessidades especiais*. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2010.
- OLIVEIRA, Sílvio L. *Metodologia científica aplicada ao direito*. São Paulo: Thomson Learning, 2002.
- SASSAKI, Romeu Kazumi. *Inclusão: Construindo uma sociedade para todos*. Rio de Janeiro: KWA, 1997.
- SASSAKI, Romeu Kazumi. Pessoas com deficiência e os desafios da inclusão. *Revista Nacional de Reabilitação*, 30/09/2004. Disponível em: <http://saci.org.br/?modulo=akemi¶metro=12916>. Acesso em: 21 jan. 2022.
- SEMIS, Lais. 12 de julho de 2017. Apenas 26% das escolas públicas são acessíveis a pessoas com deficiência. *Revista Nova Escola Gestão*. Disponível em: <https://gestaoescolar.org.br/conteudo/1851/apenas-26-das-escolas-publicas-sao-acessiveis-aos-portadores-de-deficiencia>. Acesso em: 1 fev. 2022.
- SIQUEIRA, Inajara Mills; SILVA, Carla Santana da. Proposta de acessibilidade para a inclusão de pessoas com deficiências no ensino superior. *Revista Scielo Brasil*, 16 de abr. de 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/KkfLLrZ4kTjdTyMhbY3gzfk/?lang=pt>. Acesso em: 27 de nov. 2021.
- SOUZA, Sheila Carla de. ACESSIBILIDADE: o direito de ir e vir. *Revista Pandora Brasil* nº 26 janeiro de 2011. Disponível em: http://revistapandorabrasil.com/revista_pandora/edicao26.htm. Acesso em: 27 nov. 2021.
- STAINBACK, Susan; STAINBACK William. *Inclusão: Um guia para educadores*: trad. Magda França Lopes. Porto Alegre: Ed. Artes Médicas Sul, 1999. Disponível em: <http://www.mt.gov.br/-/unica-escola-da-rede-estadual-em-tapurah-sera-reformada>. Acesso em: 16 dez. 2021.